

Proc. TC-013.329/2011-19
Tomada de Contas Especial

PARECER

Examina-se tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em desfavor do Sr. Rosemiro Rocha Freire, ex-prefeito do Município de Santana/AP, em decorrência da execução parcial do Convênio 758/2002 (siafi 481914), tendo por objeto a construção das 2ª e 3ª etapas do Canal do Paraíso naquela localidade.

Para tanto, foram descentralizados R\$ 2.000.000,00 e o município deveria destinar R\$ 40.000,00, totalizando o montante de R\$ 2.040.000,00 voltado à execução da avença.

A Secex/AP realizou a citação do Sr. Rosemiro pelo dano apurado e sua audiência em função de pagamentos antecipados; audiência da presidente da comissão de licitação Sra. Maria Suiley Antunes e do representante da EPG Construções Ltda. pelo direcionamento do certame em favor da referida empresa. A Unidade Técnica (peça 28) sugeriu ainda a citação do município por possível favorecimento decorrente de transferência de recursos para outras contas municipais.

Após análise das novas informações trazidas para o feito, o encaminhamento proposto pela Secex/AP (peça 45, p. 12-13), em síntese, foi alvitado nos seguintes termos:

- a) julgar irregulares as contas do ente federativo e condená-lo ao ressarcimento aos cofres do Tesouro Nacional da quantia de R\$ 1.203.996,43;
- b) aplicar aos Srs. Rosemiro Rocha Freires e Maria Suiley Antunes Aguiar a multa prevista no art. 58, inciso II da Lei 8.443/1992;
- c) inabilitar a Sra. Maria Suiley Antunes Aguiar para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal e
- d) declarar inidônea a empresa EPG Construções Ltda. para participar de licitação realizada pela Administração Pública Federal.

Em nossa manifestação constante da peça 48, externamos preocupação acerca da utilização de prova emprestada, no caso escuta telefônica feita pela Polícia Federal sem a necessária comprovação de que havia autorização judicial para tanto, por consideramos que antes de endossar o encaminhamento sugerido pela Secex/AP de responsabilização da Sra. Maria Suely e da empresa fazia-se necessária a obtenção de elementos dos processos que tramitam perante o Poder Judiciário capazes de comprovar a regularidade das provas trasladadas para esta TCE. Depois da confirmação da validade, sugerimos que a Unidade Técnica deveria renovar a audiência em atenção ao princípio da ampla defesa, assegurando aos responsáveis o contraditório sobre as novas provas constituídas.

Divergimos ainda naquela ocasião do julgamento das contas e condenação em débito do ente federativo, visto que a obrigação de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos é do gestor, devendo exsurgir a responsabilidade do ente convenente, por disposição da Decisão Normativa TCU 57/2004, tão somente se restar evidenciado o favorecimento irregular.

A nosso ver, o processo estava requerendo a adoção de medidas saneadoras antes do enfrentamento do mérito, no que fomos atendidos pelo Relator (peça 50) ao aquiescer à proposta que formulamos, o que permitiu que fossem angariadas para o processo informações dos autos que tramitam perante o Poder Judiciário (peça 55 a 61), novos documentos avaliados pela Unidade Técnica em sua derradeira instrução (peça 68).

A Secex/AP entendeu que descabia realizar novamente a audiência dos responsáveis, porquanto as informações obtidas eram semelhantes às que já constavam do processo. Formulou-se então proposta de encaminhamento, que no essencial possui o seguinte teor:

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

- a) julgar irregulares as contas do Sr. Rosemiro Rocha Freires, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa do art. 57 da Lei 8.443/1992;
- b) aplicar à Sra. Maria Suiley Antunes Aguiar a multa constante do art. 58 da Lei 8.443/1992 e inabilitá-la ao exercício do cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal.

Feito esse breve relato dos principais pontos do processo até este momento, passamos a nos manifestar acerca das novas informações.

A Procuradoria da República no Estado do Amapá (peça 56, p. 3-8), inicialmente, requereu interceptação de comunicação telefônica de três linhas do Secretário de Obras Rodolfo dos Santos Juarez, pleito deferido por decisão proferida no Processo Judicial 2002.31.00.001.001626-8 – Medida Cautelar/Quebra de sigilo (peça 56, p. 34-35). No desenrolar da escuta, a Polícia Federal por meio de requerimento de ampliação dos investigados comprovou a influência que o Sr. Luiz Eduardo Pinheiro Corrêa, proprietário da EPG Construções Ltda. (antiga Método Norte Engenharia e Comércio Ltda.), exercia nas contratações de obras do Município de Santana/AP. Essa conclusão embasou a denúncia formulada pelo Ministério Público Federal (peça 61, p. 18), produzida com arrimo no procedimento de escuta deferido pelo juiz responsável pelo caso.

O excerto reproduzido às páginas 200 e 202 da peça 1, que serviu de fundamento para a audiência da Sra. Maria Suiley e do representante legal da EPG Construções Ltda., foi retirado da sobredita denúncia do Ministério Público Federal.

Consideramos que a ausência de comprovação da regularidade da escuta telefônica restou suprida com a colação de informações do processo judicial. Na verdade, depois de estudarmos os novos elementos, constatamos que a irregularidade objeto de audiência ocorreu dentro de um contexto mais grave. As escutas telefônicas comprovam que a troca de informações entre gestores públicos e pessoas interessadas em firmar contrato com o município não ficou adstrita ao Convênio 758/2002, perpassando por diversas contratações, o que revela um sistema mais imbricado de ações e interesses.

Nessas condições, deixamos de acompanhar o encaminhamento alvitrado pela Secex/AP, pois que diante do robustecimento dos elementos que confirmam a combinação havida entre a empresa contratada e a Sra. Maria Suiley não vemos como dispensar a renovação da audiência da referida senhora e do representante legal da empresa diante da clara possibilidade de que a dosimetria da sanção sofra interferência das informações adicionais. Medida tendente a afastar qualquer possibilidade de afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

De outra parte, não concordamos com a exclusão da proposta de declaração de inidoneidade da empresa EPG Construções Ltda., com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, sugerida na instrução de peça 45 e deixada de lado na última manifestação técnica. A combinação de condições da licitação é igualmente reprovável para o gestor e o favorecido.

À vista dessas considerações, reiteramos nossa proposta de nova audiência da Sra. Maria Suiley Antunes Aguiar e do representante comercial da EPG Construções Ltda. antes de avançarmos para o julgamento do mérito da TCE.

Ante a eventualidade de não ser esse o entendimento do E. Relator, em homenagem ao estabelecido no art. 62, § 2º, do RITCU, manifestamo-nos favoravelmente à proposta de encaminhamento uníssona da Secex/AP, sem prejuízo de sugerirmos a inclusão da declaração de inidoneidade da empresa em questão com fundamento na disciplina do art. 46 da Lei 8.443/1992.

Ministério Público, em 17 de março de 2015.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador